



BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - MARÇO DE 1985 - N.º 9

A Constituinte Que Queremos

Livre, soberana, e já.

Diretório Nacional propõe a convocação imediata de uma Constituinte livre e soberana.

Eleições Sim, Greves Também

FRANCISCO C. WEFFORT

Em 1985, teremos eleições para as Capitais e para as cidades "de segurança nacional". Em novembro de 1986, teremos eleições para o Congresso Nacional, Assembléias e governos estaduais. E, antes disso, já no primeiro semestre de 1986, teremos eleições para a Constituinte, se vier a prevalecer, como desejamos, a tese de uma Constituinte democrática.

1985 e 1986 serão dois anos decisivos. Para o PT, como proposta política de organização dos trabalhadores. E para toda a sociedade brasileira que luta para quebrar as amarras da ditadura e tomar o caminho da democracia.

Engana-se, porém, quem pensar que estes anos serão decisivos apenas por causa das eleições e da Constituinte. As lutas salariais de 1985 já começaram, aliás na vanguarda do movimento sindical, os metalúrgicos. Logo mais, vem o 1.º de maio, excelente oportunidade dos trabalhadores mostrarem a sua capacidade de organização. E um bom momento também para sabermos das intenções do governo em relação aos trabalhadores. Ele terá que decretar um novo salário mínimo e nós gostaríamos de saber qual será.

Que será a Nova República da Aliança? Nós, do PT, não podemos ignorar que Tancredino começa seu governo com ampla simpatia popular. Mas também não podemos ignorar que os seus compromissos com o FMI, como grande capital financeiro e industrial e com as oligarquias rurais, constituem o eixo da sua política econômica. Quem analisa a composição do seu Ministério, principalmente na área econômica, percebe claramente que se os rótulos mudaram o purgante continua o mesmo.

A Nova República, além de uma bela frase, é uma grande contradição. Promete mu-

danças institucionais mas está comprometida com o continuísmo na economia. Quer ser popular ao mesmo tempo em que comprometida com uma política econômica anti-popular. Um contradição entre economia e política que o governo tenta resolver desligando uma coisa da outra. Ou melhor dizendo ao povo que desligue uma coisa da outra.

É como se ele dissesse: você quer mais democracia? Então aperte mais o cinto. E ele, de fato, diz: eleições sim, greves não. E ele, de fato, pede tempo. E diz que só conseguirá tirar o país da crise se os trabalhadores lhe concederem uma trégua. O que significa dizer que, para ele, só haverá democracia no Brasil se os trabalhadores ficarem quietos. Esperando, esperando...

Nós, do PT, temos as respostas. E temos, sobretudo, propostas para os trabalhadores. Nós diremos: democracia sim e desenvolvimento também. Eleições sim, greves também. Constituinte sim e luta social também. Nós diremos ao governo, mas sobretudo aos trabalhadores, que tanto quanto as eleições são um direito democrático dos cidadãos, as greves são um direito democrático dos que vivem do seu trabalho e do seu salário. Nós diremos que assim como as eleições e a Constituinte ajudam o desenvolvimento da democracia, cada reivindicação dos trabalhadores contribui para a democracia e para o crescimento de um mercado interno sem o qual nenhum desenvolvimento nacional é possível. A luta política e a luta econômica que os aliancistas tenta separar, como tática para dividir os trabalhadores, nós, do PT, lutaremos para unir. E lutaremos, sobretudo, para unir a nós a maioria dos trabalhadores brasileiros que tentam manter separados.

As forças conservadoras do Aliança Democrática pretendem que a nova Constituição cristalice o processo de transição política controlada, iniciado com a escolha indireta do presidente. Por isso, propõe que a Constituinte seja convocada apenas em 1986, para ser instalada em março de 1987, e sob tutela do executivo. Uma nova Constituição, assim, não seria promulgada antes de agosto de 1988.

O Diretório Nacional do PT, ao contrário, propõe a convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte livre, democrática, soberana, de caráter unicameral e independente do Executivo e do atual Congresso. A convocatória da Constituinte deverá revogar as leis de exceção, dar o direito de voto aos analfabetos, soldados e marinheiros, e garantir a representação plena e proporcional a todos os partidos, mesmo os que ainda não obtiveram registro definitivo ou apenas lutam pela legalização. A nova Constituição poderia ser promulgada já em agosto de 1986, antes, portanto, das eleições gerais.

Em seu diagnóstico do momento político atual, o Diretório Nacional do PT concluiu que a campanha pela convocação de uma Constituinte livre e soberana, conjugada com a intensificação das lutas populares por reivindicações específicas, pode propiciar a retomada da pressão popular pela ruptura com o regime autoritário, surgida na campanha das diretas já.

O PT parte para a campanha da Constituinte e das eleições diretas nas capitais com novos instrumentos, com propostas concretas de mudanças em todos os campos da sociedade.

Pela Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana

O Diretório Nacional aprovou conjunto de resoluções sobre a Constituinte, as reformas políticas e as eleições municipais, coerentes com a posição de vanguarda do PT na luta por mudanças reais e possíveis na sociedade brasileira. A mais importante dessas propostas é pela convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e independente do Congresso e do Executivo. A campanha pela sua convocação, conjugada à intensificação das lutas populares reivindicatórias, pode repor em primeiro plano a pressão popular pela ruptura com o regime vigente, que marcou a campanha das "diretas já".

O Diretório Nacional aprovou ainda a realização de eleições municipais diretas em dois turnos, com o fim das sub-legendas e a mais completa liberdade de participação de todos os partidos, mesmo os carentes de registro definitivo, e liberdade de formação de coligações.

As resoluções do Diretório Nacional

A CONSTITUINTE

O PT propõe a convocação, pelo Congresso Nacional e com sanção do Presidente da República, de uma Assembléia Nacional Constituinte, Livre, Democrática e Soberana, de caráter unicameral, funcionando ao mesmo tempo e independentemente do atual Congresso.

O PT defende a convocação imediata da Assembléia Nacional Constituinte, devendo o processo de debate para a eleição dos constituintes iniciar-se ainda em 1985, dando-se sua eleição e instalação em março de 1986 com prazo de oito meses para o encerramento dos trabalhos.

O PT lutará pela conquista de condições as mais democráticas possíveis para a convocação, a eleição e o funcionamento da Constituinte. As principais condições são:

- Revogação da exigência do quorum de dois terços, no Congresso Nacional, para a aprovação de emendas constitucionais;
- Direito de voto para todos os brasileiros maiores de 18 anos, inclusive analfabetos, soldados e marinheiros, bem como introdução de mudanças que democratizem o alistamento eleitoral;
- Fim da Lei de Segurança Nacional, das salvaguardas incluídas na constituição (medidas e estado de emergência e estado de sítio), das demais leis repressivas e extinção dos órgãos do aparelho repressor;
- Fim da Lei Falcão; proibição de propaganda eleitoral paga em meios de comunicação de massa; garantia de condições de propaganda e igualdade de acesso de todos os partidos aos meios de comunicação de massa;
- Possibilidade de participação eleitoral dos partidos mesmo que tenham apenas o registro provisório;
- Fim das restrições à livre organização partidária;
- Revogação do voto distrital e da obrigatoriedade de domicílio eleitoral para candidatos;
- Fixação do número de constituintes por partido através de um coeficiente eleitoral nacional que garanta uma representação proporcional e direta, eliminando-se as distorções da atual legislação;
- Convocação de Assembléias Municipais, de caráter consultivo, para elaboração de sugestões a serem enviadas à Assembléia Nacional Constituinte e
- Garantias de que a Assembléia Nacional Constituinte exercerá suas atividades com plena soberania, sem entraves da atual legislação nem coações do poder executivo.

AS DIRETAS NAS CAPITALS

Para as eleições nas capitais, áreas de segurança, estâncias, o PT defende as seguintes medidas imediatas, sem prejuízo de outras que assegurem uma ampla e democrática reforma partidária e eleitoral:

Eleições diretas nas capitais em 15 de novembro de 1985;

Luta pela liberação o mais urgente possível de outros municípios (considerados áreas de segurança, estâncias balneárias ou hidrominerais e outros) em que ainda não tenham sido marcadas datas de eleições;

Luta pelas mesmas conquistas previstas para a Constituinte no que se refere à livre organização partidária, fim das leis repressivas e restrições à propaganda e ampliação do direito de voto;

Eleições majoritárias em dois turnos quando nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos na primeira votação;

Fim das sublegendas e do voto vinculado;

Fim da fidelidade partidária imposta burocraticamente aos partidos, assegurando-se a estes, contudo, o direito de estabelecerem as próprias regras disciplinares internas;

Fim das restrições a que os partidos promovem acordos, alianças e coligações partidárias e-eleitorais; e

Permissão para que os atuais prefeitos nomeados se candidatem às eleições diretas desde que se desincompatibilizem de seus cargos, em prazo a ser fixado.

O PT lutará pela autonomia política do Distrito Federal.

ENCAMINHAMENTOS E CAMPANHAS

A Comissão Executiva Nacional (CEN) do PT deverá criar uma comissão de reforma partidária e eleitoral que assessore o Partido na elaboração de projetos de lei e emendas sobre esses assuntos.

A CEN/PT deverá elaborar um documento didático sobre a Constituinte, cartilhas e visuais populares e circulares de orientação interna aos seus filiados sobre as campanhas aqui aprovadas.

A CEN/PT deverá divulgar um documento analítico sobre o governo Tancredo por ocasião da posse.

O PT deverá elaborar um plano de lutas imediatas de reivindicações econômicas, políticas e sociais dos movimentos populares e sindicais. Embora possam ser relacionadas com as campanhas da Constituinte, das diretas na capital e outras, essas lutas devem combater a tendência de protelar para a Constituinte a solução de pro-

blemas urgentes de interesse da classe trabalhadora.

O PT deverá buscar alianças com forças populares nas suas campanhas por reivindicações econômicas, políticas, sociais, Constituintes, etc...

Nas suas lutas, o PT deve relacionar as conquistas imediatas com as perspectivas no rumo do socialismo.

PT Sândações
São Paulo, 12 de março de 1985
SECRETARIA GERAL NACIONAL

Leitura

Trecho do informe sobre a questão da Constituinte apresentado pelo Companheiro Marco Aurélio Garcia, que serviu de base às resoluções do Diretório Nacional:

O suposto político do projeto do PT sobre a Constituinte está ligado a nossa estratégia mais geral de mudar o rumo e o ritmo da transição, provocando uma ruptura democrática com o regime de 1964, pela intervenção central dos trabalhadores no plano institucional a partir de suas mobilizações no terreno social. É a retomada de uma tese que defendemos durante a campanha pelas diretas, cuja importância residiu no fato de ter dado às massas um papel central. O fracasso do movimento no que se refere a seus objetivos imediatos - cuja análise é fundamental para que os erros de condução cometidos não se venham a repetir na luta pela Constituinte - não invalida o fato de que a campanha pelas diretas mudou o curso da transição, desmentiu as teses de que as massas são passivas ou não se mobilizam por temas institucionais, politizou o país e colocou, assim, a sociedade brasileira em um novo patamar para enfrentar a mobilização pela Constituinte.

Sem abandonar a perspectiva de

estabelecer alianças com outros setores, conforme ocorreu na campanha pelas diretas-já, os trabalhadores devem, na luta pela Constituinte, reforçar a independência de suas posições e, sobretudo, saber combinar suas lutas sociais - greves e outras mobilizações - com a luta pela Constituinte.

É neste espírito de reforçar a independência dos trabalhadores e de buscar uma mudança na relação de forças que nos permita avançar democraticamente no campo institucional que se coloca a proposta a ser formulada pelo PT.

Devem ser seus elementos fundamentais:

A Assembléia Nacional Constituinte, para ser efetivamente livre e soberana deve ser convocada já mediante um Ato Convocatório, a ser aprovado pelo Congresso Nacional, fixando-se uma data de eleições a ser definida para princípios de 1986, o que permitirá que a Constituição seja elaborada no próximo ano e já esteja aprovada quando tomarem posse os novos deputados e senadores a serem eleitos em novembro de 86.

Separaram-se assim, claramente as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e para o novo Congresso e com isso rejeita-se a tese do Congresso com poderes constituintes. O ato convocatório poderá conter uma autorização para que os atuais deputados e senadores possam ser candidatos à

Constituinte. Não há nenhuma incompatibilidade de que funcionem ao mesmo tempo a Constituinte e o Congresso Nacional.

Haverá, com a aprovação de um Ato Convocatório agora, cerca de um ano para que a sociedade discuta a nova Constituição. A Ato deverá prever, que este processo de discussão na sociedade seja institucionalizado, permitindo que todas as contribuições, originárias de sindicatos, associações de bairros, partidos, entidades estudantis, profissionais e outras formas de organização social, sejam encaminhadas, através da Justiça Eleitoral à futura Constituinte.

O Ato Convocatório tem como objetivo central garantir a efetiva soberania da Constituinte. Uma Constituinte, na medida em que vai definir as regras centrais da organização econômica, social e política do Brasil não pode estar sujeita a nenhum constrangimento e tem de expressar efetivamente a vontade da maioria da população.

Este princípio coloca para os trabalhadores uma nova visão do problema do chamado "entulho autoritário". Contrariamente ao que pensam e afirmam os dirigentes do PMDB e de outros partidos não se trata de fazer apenas algumas modificações, mas de remover já todos os obstáculos que impeçam que a campanha pela Constituinte, sua eleição e posterior funcionamento sejam absolutamente livres.

O Ato Convocatório deve conter a revogação (ou suspensão) de todos os dispositivos repressivos da atual Constituição (que é o maior entulho autoritário existente no país), especialmente as chamadas "salvaguardas" constitucionais que regulam o Estado de emergência, de sítio, etc. O Ato Convocatório deve incluir, também, a revogação da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e banir da legislação brasileira todos os dispositivos que impeçam o livre funcionamento de sindicatos, associações e todos os partidos políticos. O ato, ao revogar a "Lei Falcão" garantirá o amplo acesso dos partidos e entidades da sociedade civil aos meios de comunicação.

O Ato Convocatório, assegurará, por outro lado, que o conjunto da sociedade seja representada na futura Constituinte ao adotar as seguintes medidas:

- voto ao analfabeto;
- voto para os soldados, marinheiros e sub-oficiais;
- representação popular na Assembléia Nacional Constituinte, o que significa eliminar nela a separação deputados/senadores, uma vez que os primeiros representam o povo, enquanto que os segundos representam os Estados da Federação. Haverá somente os delegados constituintes eleitos proporcionalmente às populações dos Estados, acabando-se com as atuais distorções de representação...

As Eleições Municipais

Garantir um espaço de participação em todos os municípios em que o Partido já esteja organizado, seja com candidato próprio, seja em coligação com outras forças populares, em cima de uma plataforma coerente com o programa do PT.

Desde o Encontro Nacional de Diadema (janeiro deste ano), ficou decidido que o PT entraria em choro na campanha das eleições para as prefeituras das capitais e municípios que recuperaram sua autonomia política, além de intensificar a luta pela autonomia política dos municípios que ainda não a obtiveram, inclusive o Distrito Federal. No total, mais de 100 municípios deverão ter eleições para prefeito ainda este ano.

Tanto no Encontro Nacional de Diadema, como na reunião da Executiva Nacional que se seguiu (em fevereiro), houve convergência de opiniões no sentido que o Partido não deve descartar a coligação com outras forças populares, quando esta for a melhor solução para o esforço de suas bases partidárias e do processo de divulgação de seus programas. As coligações devem-se dar em cima de programas, resguardando a coerência da campanha como um todo, tenha ou não tenha o Partido um candidato próprio no município.

O Diretório Nacional, em sua última reunião, aprovou uma resolução política completa definindo os pré-requisitos e condições para uma campanha municipal livre. Essas propostas serão encaminhadas pelos parlamentares do Parti-

do nas comissões do Congresso, e deverão servir de base às nossas campanhas de mobilização popular. Além das franquias democráticas definidas para a campanha da Constituinte, o Partido propõe para as eleições municipais, o fim das sub-legendas e do voto vinculado, e dois turnos de votação, se nenhum candidato obtiver mais de 50 por cento dos votos no primeiro turno.

A Executiva Nacional está estimulando a discussão de nomes e de condições de coligação. Em muitos municípios já há contatos preliminares com setores populares do PMDB e do PDT, marginalizados pelo predomínio dos conservadores, e abertos a uma aliança eleitoral com o PT. Também já estão sendo discutidos eventuais candidatos, seja para coligações, seja para a disputa direta naqueles municípios em que o PT possui bom potencial de voto como São Paulo, Belo Horizonte, Paulo Afonso (Bahia) e Cubatão (caso o município recupere sua autonomia). Em São Paulo estão sendo cogitados Eduardo Suplicy, Luiza Erondina, Irma Passoni e Hélio Bicudo. Em Belo Horizonte deverá haver pré-convenção em maló, e um dos candidatos a candidato já em cogitação é João Batista dos Mares Guia.

Eis os municípios, além das capitais, que já reconquistaram o direito de eleger seus prefeitos.

ACRE: Cruzeiro do Sul, Feijó, Sena Madureira, Xapuri, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Senador Guimard e Tarauacá. AMAZONAS: Barcelos, IPIXUNA, Japurá, Santa Izabel do Rio Negro (antigo Ilha Grande), Santo Antonio do Içá, São Gabriel da Cachoeira (antigo Uaupés) e São Paulo de Olivença. BAHIA: Paulo Afonso, São Francisco do Conde, Lauro de Freitas, Simões Filho, Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé. MATO GROSSO: Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade (antigo Mato Grosso) e Mirassol do Oeste. MATO GROSSO DO SUL: Amambai, Antonio João, Caracol, Iguatemi, Aral Moreira (antigo Fronteira Rica), Eldorado, Mundo Novo e Três Lagoas. PARÁ: Almeirim, Óbidos, Oriximiná, Santarém, Altamira, Itaituba e Marabá. PARANÁ: Capaneira, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pérola D'Oeste, Planalto, Santo Antonio do Sudoeste, São Miguel do Iguacu e Santa Helena. PIAUÍ: Guadalupe. RIO GRANDE DO SUL: Alecrim, Bagé, Crissiumal, Dom Pedrito, Herival, Horizontina, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São Nicolau, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi, Tramandaí, Osório e Roque Gonzales. SANTA CATARINA: Descanso, Itapiranga, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Guaraciaba. SÃO PAULO: Castilho e São Sebastião. MARANHÃO: São João dos Patos.

O caso dos Deputados que foram ao Colégio

Diretório Nacional aprova por esmagadora maioria a decisão da Executiva Nacional de encaminhar os recursos contra o desligamento à apreciação de um novo Encontro Nacional, suspendendo até lá a aplicação das sanções.

O Encontro Nacional de Diadema (12 e 13 de janeiro) reiterou a resolução da Convenção de abril de não comparecimento ao Colégio Eleitoral, confirmada pela consulta às bases efetuadas em dezembro. Decidiu também, por ampla maioria, aplicar sanções aos deputados que contrariassem a resolução majoritária do Partido e viessem a participar do Colégio.

A decisão de Diadema previa dois tipos de sanção, em dois momentos distintos: no primeiro, a Executiva pediria ao deputado que se auto-

desligasse do Partido; no segundo, em caso de recusa, o Diretório deveria providenciar o desligamento.

Como três deputados - Airton Soares, José Eudes e Bete Mendes - participaram do Colégio, a Executiva, cumprindo a determinação do Encontro, pediu-lhes que comparecessem a uma reunião para receberem a solicitação de auto-desligamento. Somente o deputado Airton Soares atendeu ao convite, mas se recusou a desligar-se do Partido. A deputada Bete Mendes en-

viu uma carta à Executiva também comunicando que não se desligava e o deputado José Eudes declarou aos jornais que não iria à reunião e não aceitava a sanção aprovada no Encontro.

Nesse meio tempo começaram a chegar à Executiva numerosas manifestações, uma apoiando a decisão do Encontro e exigindo o imediato cumprimento das sanções, e outras no sentido oposto, condenando a decisão. Houve, ainda, a apresentação de recursos pedindo a revogação das sanções; alguns deles assinados por membros da Executiva, do Diretório Nacional, de Diretórios Regionais e bancadas federais e estaduais.

Diante desse quadro, a Executiva, em sua reunião, em São Paulo nos dias 2 e 3 de fevereiro, resolveu: a) reconhecer a legitimidade da decisão de Diadema, do cumprimento do primeiro tipo de sanção (pedido de desligamento); b) encaminhar os recursos ao Diretório, suspendendo a aplicação da segunda sanção (desligamento) até o julgamento definitivo dos recursos em novo Encontro Nacional, a ser realizado até novembro. Esse encaminhamento foi aprovado por maioria esmagadora na última reunião do Diretório Nacional, estando portanto suspensa a segunda sanção até decisão definitiva de um novo Encontro Nacional.

A decisão de Diadema

É o seguinte o trecho do capítulo intitulado "Parlamentarismo e Antiparlamentarismo no PT", do documento aprovado no Encontro Nacional, e que trata especificamente de sanções aos deputados federais do PT que participassem do Colégio Eleitoral:

"A eventual concretização, por parte de qualquer deputado petista, da postura de desconhecer e descumprir diretrizes partidárias legitimamente estabelecidas no Encontro Nacional, após consulta aberta ao conjunto dos filiados do Partido, deverá levar a

Executiva Nacional a solicitar, de imediato, o auto-desligamento dos quadros partidários do deputado que assim agir. Em caso de recusa, caberá à Executiva e ao Diretório Nacional, pois decisão do Encontro, implementarem o desligamento".

PT vai definir Linha Sindical

Propostas do PT para mudanças na estrutura sindical, relações entre o Partido e sindicatos e linha de atuação no meio sindical serão discutidas num grande encontro no mês de maio.

Apesar de seu prestígio crescente no meio sindical, o PT nunca definiu com clareza como devem ser as relações partido-sindicatos. Também a conjuntura atual, com a instalação do governo Tancredo Neves, a eventual convocação de uma Constituinte, e o recrudescimento das greves, exigem do PT um posicionamento claro e unitário.

A secretaria sindical está distribuindo a todos os diretórios, o documento "Proposta para uma linha sindical do PT," que esboça algumas propostas concretas, inclusive sobre temas polêmicos, como o imposto sindical. Nos dias 17/18/19 de maio, provavelmente em São Paulo, será realizado o grande encontro sindical do PT, onde esse e outros documentos que forem apresentados, serão discutidos, para que se chegue a essa linha clara e unitária de atuação.

As decisões do encontro sindical serão submetidas à apreciação das instâncias máximas deliberativas do Partido. Os critérios de participação no encontro estão detalhados na circular 009/85, de 14 de fevereiro, da secretaria sindical. O documento base também pode ser obtido na secretaria sindical, ou nos diretórios estaduais. A secretaria sindical avisa que o último dia para recebimento de documentos a serem distribuídos aos participantes do encontro, é 3 de maio.

Leitura

Alguns trechos do documento "Proposta de uma Linha Sindical do PT"

...O Imposto Sindical, hoje chamado de CONTRIBUIÇÃO SINDICAL é um dos meios mais eficazes para amarrar os sindicatos ao Estado e transformar os seu dirigentes em pelegos. Vejamos porque:

1 - Essa "contribuição" não resulta de ato voluntário do trabalhador, mas da lei. A cobrança é compulsória; 2 - Como o dinheiro é encaminhado pelo governo, este se arroga também o direito de controlá-lo. De fato, a lei descreve minuciosamente como e quando o dinheiro pode ser gasto e controla tudo isso através do serviço de auditoria do Ministério do Trabalho. A obrigação de destinar quase todos os recursos a

atividades assistenciais ou de laser impede o investimento nos setores de organização e luta; 3 - O dirigente sindical não precisa lutar para trazer a categoria para dentro do sindicato porque o dinheiro entra de qualquer jeito. Assim, ele prefere ter poucos sócios para melhor controlar as eleições e para limitar as despesas assistenciais; 4 - Com dinheiro sobrando, o pelego cerca-se de mordomias, constrói sedes luxuosas, aumenta o número de funcionários burocráticos e acaba esquecendo a categoria; 5 - Com a desculpa de que o sindicato não é livre e pode sofrer intervenção, o sindicalista deixa de realizar mesmo o mínimo de atividades que, seriam possíveis até com o atrelamento, como negociar seriamente, defender os direitos legais dos trabalhadores; 6 - As Federações, que ficam com 15% da Contribuição Sindical, e as Confederações, que ficam com 5%, acabam tendo grande disponibilidade de recursos porque recebem de vários sindicatos e porque não tem as mesmas despesas que estes. Além disso, estão ainda menos sujeitos a pressões da base que o sindicato...

Criados os Grupos de Trabalho

Vão assessorar o PT na fixação das políticas

Com o engajamento do PT na luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, a Executiva Nacional decidiu formar uma série de grupos de trabalho encarregados de formular propostas ao conjunto do Partido. Depois de discutidas e aprovadas, essas propostas serão levadas à toda a população. No final desse processo, o PT vai sair com um projeto completo de Constituição, além de projetos específicos para a Reforma Agrária, para a convocatória de uma Constituinte, e reformas em campos específicos da política e da economia.

São os seguintes os Grupos de Trabalho, com seus coordenadores: Processo Constituinte (Marco Aurélio Garcia); Projeto de Constituição (Fábio Konder Comparato); Organização Institucional do Estado; Política Econômica (Paul Singer, Paulo Sandroni, Eduardo Suplicy); Relações de Propriedade e de Trabalho; Política Agrária (Plínio Arruda Sampaio, Geraldo Pastana); Questão Sindical (Maurício Soares); Leis Partidárias e Eleitorais (Freltas Diniz); Política Tributária; Solo Urbano (Mayumi Souza Lima); Educação (Paulo Freire); Saúde (Arlindo Chinaglia); Transportes (L. Nazareno); Ecologia e Meio Ambiente; Política de Comunicação; Telemática e Informática.

A crise no PT da Bahia

Nos próximos nove dias, o PT precisa estar legalizado na Bahia, e, para isso, uma nova comissão provisória deverá surgir dos entendimentos entre a Executiva Nacional e os grupos que disputam a direção no Estado. Na sua última reunião (SP, 9/10/março), o Diretório Nacional decidiu autorizar a Executiva Nacional a prosseguir os entendimentos nesse sentido que já vinham sendo feitos.

A questão da Bahia vem se arrastando há algum tempo porque duas comissões, escolhidas nos dois últimos encontros regionais, vem procurando exercer a direção de fato; ultimamente um terceiro grupo passou a contestar ambas as comissões e exigir uma solução pa-

ra a crise.

A Comissão Executiva Nacional designou o vice-presidente Jacó Bittar para dialogar com as três tendências do PT baiano e encaminhar o entendimento. A situação foi relatada no Diretório Nacional e este, agora, endossou a proposta da CEN e do companheiro Jacó: uma comissão provisória composta por 3 membros de cada grupo e sob a presidência do último (que contesta os dois primeiros), com o mandato específico de legalizar o Partido no prazo máximo de noventa dias.

Militantes na área rural

A Secretaria de Campo está fazendo uma listagem de todos os militantes do PT que atuam na área rural, sejam eles trabalhadores rurais, assessores, advogados ou ainda membros do Partido designados para atuar na área rural. O objetivo dessa listagem é o de permitir um fluxo mais eficiente e rápido de informações e correspondência, agilizando as decisões e ações do Partido voltadas ao campo.

A Secretaria de Campo recomenda aos militantes da zona rural que participem dos encontros preparativos ao Congresso da Cptag que estão sendo organizados pela CUT.

Manobras contra o PT

Depois de promover a cassação do nosso vereador Antonio Carlos Cordeiro, em Carapicuíba, o PMDB paulista maquina agora a cassação do nosso prefeito em Diadema, Gilson Menezes. Esse é um dos objetivos da campanha de difamação promovida por vereadores peemedebistas em conluio com o jornal O Estado de S. Paulo, a partir do incidente criado pelo uso de um caminhão da prefeitura de Diadema no transporte de petistas que foram ajudar na pintura e consertos da nova sede alugada pelo Partido em São Paulo. Outro objetivo da campanha é neutralizar o crescimento do PT, às vésperas de importantes campanhas eleitorais.

A Prefeitura de Diadema abriu uma sindicância para esclarecer completamente os fatos, mas mesmo antes do encerramento dos seus trabalhos, podemos informar os companheiros, com segurança que:

1 - Todo o material para a pintura e demais consertos foi comprado pelo Partido, em estabe-

lecimentos comerciais próximos à nova sede, e com as devidas notas fiscais. É mentira que o material foi tirado da Prefeitura de Diadema.

2 - Todo o trabalho de pintores, encanadores, e demais trabalhadores foi pago pelo Partido. Os petistas de Diadema vieram trabalhar em suas horas de folga, como bico remunerado. É mentira que trabalhavam por conta da Prefeitura.

3 - O custo total da reforma foi de pouco mais de 6 milhões de cruzeiros, incluindo 600 mil cruzeiros gastos na instalação de telefone. É mentira que foram gastos 30 milhões de cruzeiros.

A única irregularidade aparentemente cometida pelos companheiros petistas de Diadema foi a pedir um transporte da Prefeitura para levá-los a São Paulo. O PT reconhece que foi um erro ter agido dessa forma e está apenas aguardando o término da sindicância para repor os gastos desse transporte.

Fidel escreve a Lula

O líder da Revolução Cubana, Fidel Castro mandou o seguinte telegrama a Lula:

7 de janeiro de 1985

Para enviar urgentemente a Lula

Estimado amigo,

Li informações públicas sobre supostas afirmações minhas com relação à tua linha política. Conversei reservadamente sobre diversos assuntos com personalidades brasileiras diferentes, que visitaram nosso país nos últimos tempos e perguntaram minha opinião sobre os mais variados temas. Respondi com a clareza e sinceridade de sempre as perguntas que me foram formuladas. Ninguém estava autorizado a divulgar publicamente essas opiniões, sobretudo se tratando de temas da política brasileira, pois adverti meus interlocutores, em cada caso, que não desejava me imiscuir nem um pouco nos assuntos internos do Brasil.

A fim de que não persista a menor dúvida sobre o que penso, desejo expressar por este meio, meus sentimentos de profundo respeito por tuas opiniões e decisões políticas, e meu sincero apreço por tua nobre e meritória luta a favor dos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Amistosamente,
Fidel Castro

Como estão as finanças do Partido?

Um apelo financeiro da Tesouraria Nacional

A Tesouraria Nacional lembra os companheiros que apenas 10 por cento da despesa de 390 milhões de cruzeiros, prevista no orçamento deste ano, virão de promoções lucrativas, tais como festas e venda de materiais. E apenas 7,5 por cento virão do Fundo Partidário da União. O grosso da receita consiste de contribuições estatutárias e voluntárias, que já estão atrasadas, impedindo o partido de realizar vários empreendimentos, e provocando um acúmulo de dívidas da ordem de 15 milhões de cruzeiros (até 1.º de março). Para regularizar a situação e permitir que o partido realmente cumpra as tarefas políticas a que se propõe neste ano tão importante, a Tesouraria Nacional faz os seguintes apelos:

Aos companheiros: que re-examinem a carta enviada pela Tesouraria,

no ano passado, sugerindo faixas de contribuição individual ao partido, compatíveis com os descontos por contribuição partidária permitidos pelos regulamentos do Imposto de Renda. Informamos que as mesmas faixas continuam válidas para este ano. Defina uma contribuição compatível com sua renda, e passe a contribuir desde já.

Aos Diretórios Estaduais: que ponham suas contribuições em dia. Apenas 9 Diretórios Estaduais estão em dia com a Tesouraria Nacional. A dívida acumulada de Diretórios chega a 23 milhões de cruzeiros. Os maiores devedores, pela ordem são Paraná, Bahia, Pará, Pernambuco e Ceará, além do Rio de Janeiro, que se constitui num caso especial e acumula uma dívida de 5,8 milhões de cruzeiros.

Aos deputados: os parlamentares do partido estão praticamente em dia com suas contribuições, com a exceção dos três que se afastaram do partido, Ayrton Soares, Bete Mendes e Jose Eudes, que tem compromissos com o partido ainda não saldados, da ordem de 60 milhões de cruzeiros.

Aos Leitores do BOLETIM NACIONAL. além do apelo da Tesouraria, lembramos os leitores deste boletim, que cada exemplar nos custa 800 cruzeiros, a preços de março, sem contar despesas de correio e redação. Envie sua contribuição diretamente ao Boletim Nacional, como leitor, cobrando, pelo menos, seis edições. Ou faça um depósito na conta 16.996-1, da agência 414 (SP) do Banco Itaú, em nome de Francisco C. Weffort.

Cabo Bruno zomba do "governo democrático" de Montoro

O ex-soldado da Polícia Militar de São Paulo, Florisvaldo de Oliveira, conhecido como "cabo Bruno", que confessou publicamente haver matado "apenas 50 pessoas", passou todo o mês de fevereiro e início de março rondando a casa de nosso companheiro Luiz Eduardo Greenhalgh, autor das principais denúncias contra ele em nome do Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos, da Arquidiocese de São Paulo.

Florisvaldo responde a vários processos e está com prisão preventiva decretada. Mas vinha circulando abertamente pela cidade, sob as vistas grossas da polícia do "governo democrático" de Franco Montoro. Depois de ameaçar de morte o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Arns, passou a ameaçar também Luiz Eduardo. Um grande esforço está sendo desenvolvido por advogados e ativistas de direitos humanos para pressionar o governo Montoro, mas até o fechamento desta edição do Boletim Nacional, o cabo Bruno continuava à solta, e ameaçando.

Balanço em dia

O PT foi o único partido político que apresentou dentro do prazo o seu balanço contábil. O balanço de 1984 foi fechado no dia 10 de janeiro último.

Tancredo e a Nova República

Muito antes do que se esperava, ficou demonstrada a fragilidade do esquema peemedebista, na chamada Aliança Democrática. O presidente eleito Tancredo Neves ainda estava em seu leito de hospital quando fechamos esta edição do Boletim Nacional, mas o episódio de sua repentina operação já trouxe alguns ensinamentos definitivos, independentemente do que aconteça nas próximas semanas. E quais são ensinamentos? Em primeiro lugar, que o PMDB errou ao julgar remota a possibilidade de José Sarney, o ex-presidente do PDS, ocupar a cadeira presidencial, assim como já errou ao julgar que os malufistas impugnarão sua indicação, obrigando a Frente Liberal a escolher um vice não partidário, como Ermirio de Moraes. Em segundo lugar, o golpe branco contra a campanha das diretas, representado pela eleição de Tancredo, e principal-

mente pelo tipo de ministério e de políticas por ele definidas, pode acabar evoluindo para uma crise institucional profunda, que só foi evitada agora porque insistiram na tecla de que o mal de Tancredo é passageiro, com recuperação plena em questão de dias. Ora, e se isso não acontecer, ou se uma nova situação parecida se criar em futuro próximo? É evidente que Sarney na presidência por qualquer período longo representa uma violação tão grande da correlação de forças no interior da própria Aliança Democrática, que estará aberto o caminho da crise.

BOLETIM NACIONAL

N.º 9/13 de Março de 1985

Editado pela Secretaria Geral Nacional

Redação: Bernardo Kucinski

Diagramação: Zé Ramos Nêto

Distribuição: João Salles/Alberto dos Santos/

João Batista

Fotolito, Arte e Impressão: Gráfica e Editora /FG/

NOVO ENDEREÇO

ESCRITÓRIO DA
DIREÇÃO NACIONAL DO PT
AV. 11 DE JUNHO, 260
CEP 04041
SÃO PAULO, SP
TELEFONE: 011-5710614
e 011-5701710

O ESCRITÓRIO FICA PRÓXIMO A
ESTAÇÃO SANTA CRUZ DO METRÔ
(LINHA NORTE-SUL)
EM VILA MARIANA.

NESTA EDIÇÃO

A Constituinte, as eleições nas capitais e as reformas políticas (Resoluções do Diretório Nacional) pg 2/3

O caso dos deputados que foram ao Colégio pg 4

Pela definição de uma linha sindical pg 4

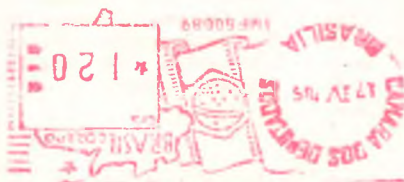
E mais:

Fidel escreve a Lula / A crise do PT da Bahia /

Os novos grupos de trabalho / Manobras contra o PT /

A situação financeira do Partido

IMPRESSO



BOLETIM NACIONAL

Órgão Informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores

Rua 11 de Junho, 260

Cep 04041 - São Paulo - SP

